

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E
PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL PARA O
POVO NEGRO DA CIDADE DE SALVADOR**

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL PARA O POVO NEGRO DA CIDADE DE
SALVADOR

Albertino Nascimento; Altair Lira; Cida Bento; Cristina Lobo; Damiana Miranda; Edenice Santana; Elias Sampaio; Geraldo Belmonte; Hamilton Borges; Ivana Paixão; Ivonei Pires; Jocélio Teles; Lazaro Cunha; Lindinalva Barbosa; Luiz Alberto dos Santos; Luiz Antonio Souza; Luiz Chateaubriand; Luiza Bairros; Nelson Maca; Pedro Rocha; Samuel Vida; Silvio Humberto Valdeci Nascimento; Valdisio Fernandes; Vanda Sá Barreto; Vilma Reis.



Publicação editada pelo Instituto Búzios em parceria com
Entidades do Movimento Negro de Salvador.

Coordenação Editorial:

Albertino Nascimento
Elias Sampaio
Ivonei Pires
Valdisio Fernandes

Editoração / Produção gráfica:

Daniela Luciana da Silva - DRT/BA 1998
Jonaire Mendonça

INSTITUTO BÚZIOS, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, reconhecida pelo Ministério da Justiça (Processo MJ nº 08026.001014/2004-04).
Endereço: Av. Joana Angélica, 902 Ed. Fórum Empresarial Sala – 602 Nazaré
CEP:40.050-000 Salvador – Bahia
Telefones: 71.8102-3077 / 71.81064090
E-mail: institutobuzios@hotmail.com

2004
Salvador - Bahia

SUMÁRIO

Apresentação	4
I. ASPECTOS DAS DESIGUALDADES RACIAIS	4
II. DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE SALVADOR	6
Combate ao Racismo Institucional	6
Promoção da Igualdade Racial	8
Valorização dos espaços negros	9
III. MECANISMOS INSTITUCIONAIS	10
IV. POLÍTICAS SETORIAIS	10
1. Desenvolvimento Urbano	10
1.1 Diagnóstico	10
2. Desenvolvimento Social e Econômico	13
2.1 Saúde	13
➤ Produção de conhecimento:	15
➤ Capacitação dos profissionais de saúde:	15
➤ Informação da população:	15
➤ Atenção à saúde:	16
2.2 Educação	16
2.3 Emprego e Renda	19
2.4 Cultura	21
2.5 Segurança Pública e Juventude	27
2.6 Finanças Públicas	29
2.6.1 Diagnóstico	29

A igualdade racial é condição necessária ao desenvolvimento pleno da democracia e da cidadania na cidade de Salvador. As políticas de inclusão social, e a promoção da igualdade racial se constituem numa exigência histórica e objetivo estratégico da nossa luta secular. Foi diante desse desafio que os mais diversos representantes do Movimento Negro organizado e de outras instituições da sociedade civil realizaram vários encontros com a finalidade de formular diretrizes e propostas que viabilizem essas conquistas.

O presente documento representa um momento ímpar na luta dos negros e negras de Salvador. O povo negro da cidade não apenas contesta as condições de desvantagens econômica, social e política que lhe vem sendo imposta historicamente pela elite branca que sempre esteve no poder. Muito mais que isso: apresenta um conjunto de propostas que podem representar, concretamente, um passo importante em prol da tão sonhada igualdade plena entre cidadãos da cidade da Bahia.

I. ASPECTOS DAS DESIGUALDADES RACIAIS

Salvador é uma cidade negra. Esta constatação evidencia a força e a resistência de toda uma população que imprimiu no desenho urbano, na língua e na cultura, nas formas de ação política e na economia de Salvador as heranças africanas recriadas e reafirmadas a cada dia. A cidade já não pode mais ser entendida fora das referências à sua *negritude*. Esta tem se constituído na base da imagem que seus habitantes construíram para si próprios e que projeta a cidade para o resto do país e internacionalmente.

Se, por um lado, isto representa uma fonte de resistência, por outro tem sido historicamente utilizado pelas elites, que manipulam o caráter da cidade em benefício de um projeto que ou exclui mulheres e homens negros das estruturas de poder e riqueza ou os incorpora de forma subordinada aos interesses da minoria branca. Em conseqüência deste processo, a força da presença negra na cidade contrasta de forma gritante com as desigualdades raciais que sistematicamente colocam as pessoas negras em condições de desvantagem social.

Dados recentes sobre a educação mostram que a taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos e mais atinge 17% entre os negros, contra aproximadamente 3% entre os brancos. No que se refere ao analfabetismo funcional, verificam-se diferenciais ainda elevados entre as taxas dos dois grupos, 42% e 10%, respectivamente. (IBGE, 2001)

Os altos patamares do analfabetismo e a expulsão precoce do processo escolar ainda nos níveis fundamental e médio de ensino por certo repercutem na qualidade da inserção das pessoas negras no mercado de trabalho. Em consequência, as dramáticas taxas de desemprego na RMS atingem mais fortemente os negros (29,3%) do que os brancos (20,6%); e os negros que logram inserir-se no mercado geralmente o fazem nas posições de mais baixa remuneração e baixo prestígio social. (DIEESE, 2003). Assim, enquanto os brancos possuem, em média, 10,3 anos de estudos e recebem um rendimento médio mensal de 7,2 salários mínimos, os negros atingem aproximadamente 7 anos de estudos e um rendimento médio mensal de cerca de apenas 3 salários mínimos. (IBGE, 2001)

Aos efeitos da discriminação racial sofrida em várias esferas da vida associam-se outros, relativos à discriminação de gênero, que hierarquizam os grupos sociais no mercado de trabalho da RMS de acordo com o pertencimento racial e o sexo. Deste modo, o rendimento médio mensal de homens brancos atinge R\$ 1.510,27, o das mulheres brancas R\$ 905,24, o dos homens negros é cerca de R\$ 497,82 e o das mulheres negras corresponde a apenas 20% do que é auferido pelos homens brancos - R\$ 321,09. Tais dados indicam um maior peso relativo da dimensão racial sobre as oportunidades que se abrem para os indivíduos, homens e mulheres, ao longo de sua trajetória de vida, evidenciando como brancos de qualquer sexo desfrutam de uma inserção social relativamente melhor do que a de homens e mulheres negras da RMS.

O processo de exclusão social não se circunscreve à educação, ao emprego e à renda. Estes, embora mais evidentes no cotidiano da cidade, não escondem outras dimensões, tão ou mais violentas, que se expressam nos indicadores de saúde e de segurança pública. Este último aspecto tem especial importância para a juventude negra, que corresponde ao perfil das vítimas mais frequentes de assassinatos cometidos na RMS, no período de 1996 a 1999: homem, negro, entre 15 e 35 anos, trabalhador, morador de bairro pobre e sem antecedentes criminais. (Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000)

O conjunto das informações acima reflete uma realidade cada vez mais difícil de ser sustentada na cidade mais negra fora do continente africano. Por um lado, tal realidade baseia-se na alta concentração da riqueza - aproximadamente 80% dos brancos situam-se na faixa dos 1% mais ricos da população, enquanto 90% das mulheres e homens negros concentram-se entre os 10% mais pobres da RMS. Por outro, expressa significativas diferenças de oportunidades de acesso ao bem estar, aferidas por meio do Índice de Desenvolvimento Humano / IDH da RMS. Em 1998, o IDH dos brancos chegava 0,821, um patamar alto, enquanto que o dos negros situava-se em torno de 0,704, índice considerado médio baixo.

A omissão de sucessivos governos municipais diante deste persistente quadro de desigualdades se deve aos interesses de classe das elites dominantes, para se perpetuarem no poder, utilizando, dentre seus principais instrumentos de manutenção do *status quo*, o racismo como poderoso fator na estruturação das relações sociais que favorecem a exploração e a dominação política.

Resultantes das pressões do Movimento Negro, são escassas e pontuais as políticas públicas implementadas para as demandas da maioria da população da cidade. Por isto, nas últimas décadas, na contramão do poder público, diversas organizações negras tomaram para si a tarefa de implementar iniciativas de combate aos efeitos perversos do racismo.

Entretanto, isto não pode continuar sendo uma tarefa exclusiva dos movimentos negros, cujas contribuições, teóricas e práticas, devem servir para pressionar pela alteração das políticas governamentais. Deste modo, a promoção da igualdade racial deve obrigatoriamente constituir-se como responsabilidade primária do setor público, de acordo com as decisões da III Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2001).

Salvador, mais do que qualquer outra capital brasileira, não pode procrastinar o processo de inclusão social de sua população negra. Não pela mera constatação de que esta constitui a maioria dos que vivem na cidade, mas pela certeza de que a igualdade na diversidade racial é condição fundamental para um desenvolvimento humano sustentável. É um imperativo da maioria política de mulheres e homens negros no Brasil e no mundo.

II. DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE SALVADOR

O Movimento Negro propõe uma ação governamental efetiva para a inclusão social na cidade de Salvador, que tenha como principais *diretrizes* inter-relacionadas: o combate ao racismo institucional, a promoção da igualdade racial e a valorização dos espaços negros. Em termos da gestão, a adoção destas diretrizes pressupõe que o orçamento é a peça chave da intervenção, por meio da inversão de prioridades e da ativação de instrumentos capazes de assegurar a participação popular na gestão da cidade.

Combate ao Racismo Institucional

O Racismo Institucional é aqui entendido como o fracasso coletivo das organizações e das instituições em prover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem racial. Ele se revela por meio de

processos, atitudes e comportamentos discriminatórios resultantes do preconceito, da ignorância, da falta de atenção ou de estereótipos racistas que colocam pessoas negras em situação de desvantagem política, econômica e social.

Desta perspectiva, o racismo institucional nas suas mais diversas dimensões (preconceito, discriminação por ignorância, por falta de atenção ou por estereotipia) é a principal causa da indiferença do setor público face à permanência das desigualdades raciais. Por um lado, alimenta práticas institucionais - leis, normas, atitudes e até o tratamento dispensado a cidadãos que utilizam os serviços públicos - que desconhecem as especificidades da população negra. Por outro, trava as possibilidades de formulação e implementação de políticas de promoção da igualdade racial. Além disso, tem minado a efetividade de iniciativas públicas para o tratamento das desigualdades raciais, a exemplo de leis anti-racistas e da formação de conselhos e secretarias da comunidade negra.

Desta maneira, os indicadores de desigualdades raciais – na renda, na educação, no trabalho, na saúde, nas condições de moradia, entre outros – expressam a magnitude do processo racista institucionalmente consolidado e cotidianamente praticado pelas instituições públicas. Em outras palavras, a ausência da dimensão racial de quaisquer decisões e ações do poder público na cidade do Salvador, configura uma adesão institucionalizada aos mecanismos racistas que mantêm as pessoas negras fora das estruturas de poder e riqueza da cidade. Portanto, a principal questão a ser enfrentada é a adequada integração da dimensão racial em todo o processo de proposição, formulação, implementação e avaliação das políticas do governo municipal.

O combate ao Racismo Institucional é a diretriz garantidora de uma ação governamental coordenada entre as diversas secretarias municipais. Em última análise, vencer os obstáculos colocados pelo Racismo Institucional significa assegurar: (i) transversalidade, *que pressupõe que o combate às desigualdades raciais e a promoção da igualdade racial passam a constar como premissas, como pressupostos a serem considerados no conjunto das políticas de governo;* (ii) centralidade, elemento voltado para garantir a focalização das políticas municipais, sempre que as ações universais não cumprirem o seu objetivo de promoção da igualdade racial e (iii) vetorialidade, entendida como a orientação estratégica que deve permear todo o processo de proposição das políticas públicas municipais.

A efetividade dessas proposições impõe a criação de capacidade institucional para que a Prefeitura Municipal supere os entraves de natureza ideológica, técnica e administrativa que dificultam, ou impedem, o pleno acesso de mulheres

e homens negros às oportunidades e aos benefícios do desenvolvimento. Esta é a condição necessária para que este Programa de Governo se traduza em planos, programas e projetos da perspectiva da maioria da população de Salvador.

Promoção da Igualdade Racial

Em Salvador, em comparação a outros grupos sociais, mulheres e homens negros morrem mais e mais cedo; têm déficits de escolaridade que permanecem inalterados, apesar da ampliação da frequência à escola; trabalham mais e recebem menores salários; apresentam as taxas mais altas de desemprego, especialmente entre os jovens que, por sua vez, são maioria entre as vítimas de homicídio. Ao contrário do que muitos ainda insistem em afirmar, isto não decorre apenas da pobreza. Primeiro, porque a super-representação de negros no contingente mais empobrecido da população deve ser ela mesma tomada como um indicador relevante da desigualdade racial. Segundo, porque as desvantagens para os negros não desaparecem mesmo nas faixas mais altas de renda familiar e de escolaridade.

Como visto anteriormente, tais evidências indicam a conservação do racismo institucional na ação governamental e a má distribuição dos gastos públicos, resultante da sua inadequação ao perfil das necessidades dos que vivem e trabalham na cidade. Isto impõe a promoção da igualdade racial como elemento transversal no desenho e na implementação de políticas, programas e serviços públicos municipais. Estes deverão ser pensados de forma a eliminar, ou pelo menos reduzir de forma drástica, as diferenças que marcam a inserção social de negros e brancos na cidade. A promoção da igualdade racial se materializa por meio de políticas setoriais assim delineadas:

A promoção da igualdade racial se materializa por meio de políticas setoriais assim delineadas:

Desenvolvimento Social e Econômico

- **Saúde.** Reafirmação dos princípios do SUS - universalidade, integralidade e equidade – incorporando às rotinas dos serviços de saúde a atenção a doenças, agravos e condições prevalentes na população negra. Além disto, destacar a contribuição das manifestações culturais e artísticas afro-baianas para a promoção do bem estar físico e psíquico de toda a população da cidade.

- **Educação.** Compromisso com uma educação pública gratuita e de qualidade, centrada no acesso universal a escolas com instalações adequadas e com professores capacitados; na escola como espaço de afirmação e respeito à pluralidade cultural; e no aprendizado de novas relações entre homens e mulheres e entre grupos raciais diversos.
- **Emprego e Renda.** Construção de uma política a partir do estímulo a ações diretas (geração de emprego pelas empresas privadas; formas associativistas ou individuais), e a ações indiretas indutoras de emprego, via investimentos em educação, saúde, lazer, assistência social, transporte, etc.
- **Cultura.** Afirmação do dinamismo da cultura popular, com especial atenção para as manifestações criadas e recriadas pelos segmentos jovens da população da cidade.
- **Segurança Pública e Juventude.** Pressionar o poder público estadual visando à mudança dos atuais padrões de formulação e implementação da política de segurança pública; buscar a integração da política de segurança de Salvador às políticas sociais e de juventude, numa perspectiva não repressiva e que priorize os espaços negros.
- **Finanças Públicas.** Adoção de mecanismos diferenciados no que se refere à renúncia fiscal e à tributação de atividades econômicas e da moradia, em relação aos territórios negros.

Valorização dos espaços negros

A existência perversa de duas cidades – uma para as elites, majoritariamente brancas, e outra para a maioria negra e pobre – precisa ser banida. Pode-se, mesmo, afirmar que a segregação espacial da população negra passou por, pelo menos, três momentos: a senzala; as habitações provisórias; e os lotes urbanizados que começaram com o BNH. O *miolo* de Salvador exemplifica este processo.

A adoção desta diretriz requer a preservação preferencial de sítios históricos e outras referências ancestrais da maioria da população. Mais do que isto, implica na necessidade de reconhecer a existência de territórios negros, para os quais deve ser dada prioridade na alocação de recursos públicos. Isto significa valorizar, desenvolver e preservar os *quilombos urbanos* - espaços de moradia, culto, lazer e trabalho da população negra, referências identitárias capazes de inspirar alternativas de melhores condições de vida e trabalho.

Neste processo, a juventude desempenha um papel fundamental pelo que representa para o futuro da cidade. Um futuro hoje ameaçado pela constante violência e o terror policial que atingem de forma mais brutal os segmentos jovens.

A valorização dos espaços negros se traduz na seguinte orientação geral para uma política de **desenvolvimento urbano**:

- Implementação de um modelo de cidade que elimine a segregação espacial da população negra, disponibilize serviços e equipamentos públicos de qualidade, compatíveis com padrões internacionais de acessibilidade, distância e quantidade.

III. MECANISMOS INSTITUCIONAIS

A existência de mecanismos institucionais permanentes e politicamente legitimados é condição fundamental para que as diretrizes acima descritas incidam sobre todos os setores da administração municipal. Sendo assim, para orientar o processo de elaboração e implementação das políticas e das ações previstas neste Programa, propõe-se a criação de uma instância, dotada de recursos humanos e orçamentários próprios, com tripla finalidade: assessoramento ao Gabinete do Prefeito, articulação e execução de ações entre secretarias.

Sua principal função será prover as secretarias e outros órgãos municipais de condições técnicas e administrativas que os permitam atuar tendo em vista as necessidades da maioria da população da cidade. A atuação desta instância prevê a existência de núcleos de execução das políticas de promoção da igualdade e de valorização dos espaços negros, localizados em secretarias cujas funções tenham um papel estratégico no combate ao racismo institucional e na superação das desigualdades. Nesse sentido, é indispensável o investimento na formação, informação e articulação dos recursos humanos e o estabelecimento de novas regras / normas de relacionamento internas ao funcionalismo público, e além disso na prestação de serviços aos usuários. A promoção da igualdade racial exige também a constituição de um fórum pela sociedade civil organizada, externo à administração pública, para o acompanhamento da implementação dessas políticas.

IV. POLÍTICAS SETORIAIS

1. Desenvolvimento Urbano

1.1 Diagnóstico

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano/PDDU 2002, atualmente em discussão, a população em Salvador, nos últimos quarenta anos, movimentou-se em três direções:

- a) adensamento na direção norte, ao longo da Costa Oceânica, com aceleração da ocupação das Regiões Administrativas / RAs VIII (Pituba), IX (Boca do Rio) e X (Itapuã), a partir de 1970;
- b) ocupação dos espaços vazios do Miolo, com rápido crescimento nas RAs XI (Cabula), XII (Beirú / Tancredo Neves), XIII (Pau da Lima), XIV (Cajazeiras) e XV (Valéria), na década de 70; ocupação principalmente ao Norte, em Cajazeiras, na década de 80; desaceleração da ocupação a partir de 1990, embora continuem concentrados na mesma direção os incrementos populacionais mais expressivos do Município;
- c) reforma secundária na RA XVI (Subúrbios Ferroviários), onde a população cresceu apenas vegetativamente entre 1991 e 1996, mas, dependendo do alcance dos investimentos públicos na área, pode sofrer novos estímulos ao crescimento.

De acordo com o mesmo documento, *esses movimentos populacionais coexistiram com o esvaziamento ou estagnação do antigo centro econômico (Comércio, Calçada e Centro) e dos bairros residenciais e industriais ocupados até a primeira metade do século XX (Barra, Rio Vermelho, Liberdade, São Caetano e Itapagipe)* (PDDU, Quadro/Tabela 008).

A partir dos anos 70, aprofunda-se a segregação da população negra, deslocada dos espaços centrais da cidade para áreas distantes - com infra-estrutura precária, quando existente - que acompanha as diferentes taxas de crescimento das RAs citadas acima. Este período marca o início de construção, pelas elites, de um modelo de cidade que tem como base um desenvolvimento apoiado no conceito de competitividade no qual as dimensões culturais e identitárias da sua população são apropriadas e utilizadas sob a ótica de mercado. Isto levou à apropriação privada dos espaços públicos, como atesta a monumental apropriação privada do estoque de terras públicas da cidade; e à perda da autonomia do município para conduzir o desenvolvimento das atividades econômicas no seu espaço.

A proposta do PDDU é a expressão mais refinada desse modelo que, apesar do discurso em contrário, traz implícito uma profunda falta de compromisso com o Patrimônio Cultural Material e Imaterial do povo negro, de onde emanam as representações da negritude e baianidade. Tais representações são manipuladas, como expresso no documento, na construção de um tipo étnico único para dar identidade ao baiano: não exclusivamente negro, nem indígena, nem branco.

Além disto, ao considerar o Turismo como eixo central do desenvolvimento da cidade, a proposta desconhece que nenhum país logrou fazer deste setor o cento da geração de renda, com algum grau de distribuição de riqueza, sem que o mesmo estivesse vinculado a outras atividades geradoras de valor agregado e com capacidade para dinamizar outros segmentos da economia. A visão da BAHIATURSA é de um Turismo Autárquico, como exemplificam empreendimentos tipo Costa do Sauípe e Hotel Mediterranée. O Governo Municipal abriu mão da sua autonomia, delegando ao poder estadual a prerrogativa de instituir políticas para esse segmento.

1.2 Políticas

As políticas voltadas para a dimensão urbanística do planejamento exigem uma reflexão sobre a proposta do PDDU - se aprovada, terá vigência por um período de quinze anos - especialmente naquilo que afeta mais diretamente a população negra. Entre outras, vale destacar as seguintes proposições:

- Incorporação de questões da Lei de Uso do Solo que, tecnicamente, não deveriam ser aí contempladas: a densificação de áreas, a exemplo de Itapuã, levaria à expulsão dos atuais moradores e à mudança do perfil populacional do bairro, em consequência da compra/venda de unidades habitacionais para os segmentos médios da população. Vale salientar, que há lugares na Orla da cidade que hoje atingem cerca de 600% de nível de ocupação.
- Metrô. diferentemente de outras cidades onde metrô visa diminuir a circulação de automóveis, o de Salvador foi pensado para o transporte da população pobre. Isto deve ter repercussões indesejáveis nos custos das passagens, além de já evidenciar problemas no alto custo de execução das obras. Entre as inadequações do projeto, destaca-se o acesso às estações intermediárias que obriga os usuários a subir e descer cumeadas, como no acesso à estação da Rótula do Abacaxi.
- Abandono do conceito de áreas de Proteção Sócio-Ecológica que torna ainda mais vulneráveis as áreas de Mata Atlântica, muitas das quais constituem santuários para as religiões de matriz africana. O PDDU não faz referência sobre o tratamento a ser dado aos resquícios de Mata Atlântica, a exemplo de Pituacu.

1.3 Principais Propostas

- Intervenção Urbanística

- Aplicação do conceito de Áreas Especiais, a partir da definição de suas funções econômicas na malha urbana.
 - Transformação de toda a Orla em um longo parque, considerando ser este o único espaço de lazer público da população.
 - Garantia da preservação das áreas de Mata Atlântica, com ênfase para os santuários das religiões de matriz africana.
 - Modificação da lógica de intervenção no subúrbio ferroviário, hoje entendido como “depósito de desabrigados”. Ex: Fazenda Coutos.
- Gerais
 - Mapeamento dos Quilombos urbanos de modo a assegurar um tratamento diferenciado para estas áreas.
 - Estabelecimento de programas habitacionais e de regularização fundiária, baseados no conceito de propriedade coletiva, em contraponto ao lote individual.
 - Fomento a programas para autoconstrução e construção de proprietário individual para venda e aluguel.
 - Revisão do conceito de RA, rompendo o atual critério que não leva em conta noções de pertencimento a um determinado bairro.

2. Desenvolvimento Social e Econômico

2.1 Saúde

2.1.1 Diagnóstico

Estudos baseados em dados censitários ou realizados com populações específicas demonstram a existência de profundos diferenciais nos padrões de morbimortalidade das populações negra e branca em todo o Brasil. Tais diferenciais dão conta de acentuada prevalência entre pessoas negras de doenças, as quais têm sido assim classificadas:

- Geneticamente determinadas destacando-se a anemia falciforme, que ocorre na Bahia com uma frequência bem mais acentuada – de 1 para 500 nascimentos - do que no resto do Brasil – de 1 para 1000.
- Adquiridas, derivadas de condições socioeconômicas e educacionais desfavoráveis, assim como da constante exposição ao racismo: alcoolismo, toxicomania, desnutrição, mortalidade

infantil mais elevada, abortos sépticos, anemia ferropriva, DST/AIDS, doenças do trabalho e transtornos mentais.

- De evolução agravada ou o de tratamento dificultado, como a hipertensão arterial, o diabetes mellitus, coronariopatias, insuficiência renal crônica, cânceres e miomas uterinos.
- Condições fisiológicas alteradas por condições socioeconômicas desfavoráveis que interferem em várias etapas do ciclo vital - tais como, crescimento, gravidez, parto e envelhecimento – podendo contribuir para a evolução de doenças.

Vale notar que tais doenças ou agravos também acometem outros grupos raciais/étnicos, mas apresentam um quadro mais grave e com maior probabilidade de óbitos entre pessoas pretas e pardas. No que se refere à mortalidade, comparativamente às pessoas brancas, os dados indicam que mulheres e homens negros morrem mais e mais precocemente em todas as faixas etárias, o que explica o fato de que, nacionalmente, a expectativa de vida entre os negros seja sete anos menor do que a dos brancos. Neste aspecto, especial atenção deve ser dada à (i) mortalidade entre jovens negros, crescentemente motivada por homicídios; (ii) mortalidade infantil, que tem decrescido de forma lenta, quando comparada à significativa queda verificada entre as crianças brancas ao longo da década de 90; (iii) mortalidade materna que, em Salvador, incide de forma mais dramática sobre as mulheres negras, nascidas fora da cidade, com baixa escolaridade e usuárias do Sistema Único de Saúde/SUS. Entre estas, cerca da metade exerce ocupação doméstica, estando espacialmente mais concentradas nos Distritos Sanitários do Subúrbio Ferroviário, Cabula/Beiru e Itapuã.

O aspecto mais grave destas desigualdades é a sua permanência no tempo, mesmo em conjunturas de alguma melhoria dos indicadores de saúde. Considerando que em Salvador, os serviços públicos de saúde respondem pela maior parte do atendimento acessível à população pobre, é imperativo que os mesmos sejam organizados em função das necessidades da maioria negra da população. Esta, até o momento, continua tendo suas oportunidades de vida concretamente ameaçadas, porque os serviços insistem em ignorar suas especificidades neste setor.

2.1.2 Política

Implementar uma *Política de Atenção à Saúde da População Negra*, que deverá orientar todas as rotinas dos serviços de saúde do município, reafirmando os princípios do SUS - universalidade, a integralidade e a equidade – e observando

as singularidades da população negra quanto à idade, sexo e situação socioeconômica.

Criação, na estrutura da Secretária Municipal de Saúde, da Coordenação de Saúde da População Negra, dotada de recursos humanos e orçamentários próprios, com as seguintes funções:

- Propositiva - formulação de propostas intersetoriais de promoção da redução do risco de doenças e outros agravos.
- Articuladora – promoção da articulação entre os diversos serviços e programas da Secretaria na perspectiva da inclusão da dimensão racial.
- Coordenadora e executora – implementação de projetos especiais de impacto sobre os indicadores de saúde da população.

2.1.3 Principais Propostas

- Produção de conhecimento:
 - Promoção da melhoria da informação estatística, através de procedimentos de coleta, crítica e tabulação que eliminem o sub-registro do quesito cor.
 - Monitoramento das condições de saúde da população negra para subsidiar o planejamento da ação governamental, através da: produção sistemática de estatísticas vitais; análise epidemiológica da morbimortalidade desagregada por cor/raça e outras variáveis importantes no monitoramento da equidade em saúde.
- Capacitação dos profissionais de saúde:
 - Promoção de treinamentos de profissionais, visando à melhoria da qualidade das fontes de informação que incluem o quesito cor e outras variáveis importantes no monitoramento da equidade em saúde: Declarações, prontuários médicos e fichas de notificação de doenças, entre outras.
 - Elaboração de material instrucional, com base no conhecimento disponível sobre saúde da população negra, para utilização em treinamentos.

- Realização de seminários e eventos similares para discutir e divulgar os temas da saúde da população negra, nos serviços de saúde, escolas, universidades e organizações não-governamentais.
- Informação da população:
 - Produção e distribuição ampla de manuais, cartilhas e informações técnicas sobre a etiologia das doenças, sinais e sintomas, métodos de diagnóstico e tratamento, bem como os mecanismos de sua identificação, categorização e tratamento na medicina popular de matriz africana.
 - Promoção e apoio, em parceria com os movimentos sociais, da realização de reuniões, palestras e atividades similares, abordando riscos, mecanismos de prevenção de doenças, agravos e estados mórbidos de interesse para a saúde da população negra, bem como meios de acesso aos serviços de saúde.
 - Criação de mecanismos que permitam a atuação de organizações comunitárias e de terreiros de candomblé como multiplicadores da informação sobre os riscos, prevenção de doenças e acesso aos serviços de saúde.
 - Desenvolvimento, através dos meios de comunicação de massa, de campanhas educativas pela melhoria da realidade sanitária da população da cidade.
- Atenção à saúde:
 - Instituição da Comissão de Saúde da População Negra, junto ao Conselho Municipal de Saúde.
 - Introdução do quesito cor em todos os documentos do SUS, como cartão, prontuários médicos, fichas de investigação epidemiológica, fichas de notificação de doenças, inquéritos epidemiológicos e levantamentos de prevalência de doenças.
 - Focalização da saúde da população negra nas ações programáticas, com ênfase nos Programas de Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Mulher.
 - Priorização de ações de combate à mortalidade precoce e evitável na população negra, especialmente no que se refere à mortalidade infantil e à mortalidade materna.
 - Aumento da eficácia da atenção à saúde, incorporando à prestação dos serviços o conhecimento sobre os fatores que intervêm nas condições de

saúde da população negra, de modo a permitir: que os espaços tradicionais de matriz africana sejam pólos de difusão de práticas de promoção da saúde; elaboração de programas de informação, educação e comunicação levem em conta práticas populares de cuidado com a saúde.

- Rediscussão do Programa de Anemia Falciforme, atualmente executado em convênio com o CEPARH/Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana.
- Levantamento e acompanhamento da distribuição dos recursos humanos e materiais, de modo a garantir a sua alocação eqüitativa em áreas de concentração de população negra.

2.2 Educação

2.2.1 Política

Priorizar a educação na ação governamental, como meio de promoção do desenvolvimento humano e intelectual do público atendido, respeitando a diversidade cultural e étnica e buscando o fortalecimento da identidade e auto-estima dos descendentes de africanos e indígenas.

Seleção inicial com aumento posterior gradativo, de 5% das escolas de ensino fundamental do município para funcionamento em tempo integral, atendendo desde a educação infantil até a oitava série. Estas escolas deverão trabalhar com uma proposta pedagógica orientada por princípios de equidade, que tenham como eixo estruturante a pluralidade cultural: raça, gênero e cidadania.

A implementação do projeto exige:

- Formação de uma equipe especial para dar suporte técnico e pedagógico ao projeto;
- Escolas adequadas fisicamente e equipadas tecnicamente;
- Professores e outros profissionais selecionados a partir da sua experiência com a diversidade cultural;
- Regime de dedicação exclusiva dos professores envolvidos, com 20 horas em sala de aula e as demais disponíveis para atendimento aos alunos, planejamento, estudo e pesquisa.
- Gestão participativa para garantir que diretores/as, professores/as, estudantes, mães, pais, comunidade e ONGs educacionais possam propor e monitorar as ações pedagógicas das Unidades de Ensino.

2.2.2 Principais propostas

- Gestão:

- Aumento progressivo do orçamento para Educação.
 - Criação de mecanismos de controle sistemático dos recursos dos fundos destinados às Unidades de Ensino.
 - Inclusão e preenchimento adequado do quesito cor/raça em todos os registros administrativos utilizados pela Secretaria de Educação.
 - Garantia da gestão participativa para que diretores/as, professores/as, mães, pais e comunidade possam propor e monitorar políticas e programas de educação.
 - Garantia do funcionamento do Conselho escolar como proponente e fiscalizador das ações desenvolvidas pela escola.
 - Promoção da diversidade racial, étnica e de gênero na composição do Conselho Municipal de Educação, bem como a representação de organizações de educação popular e comunitária.
 - Implementação de uma política de cargos e salários que garanta a qualidade de vida e o desenvolvimento intelectual dos profissionais da educação.
- Proposta Pedagógica:
 - Implementação de uma proposta pedagógica que tenha como eixos estruturantes raça, gênero e cidadania.
 - Construção junto com as Unidades de Ensino das diretrizes, das metas, os objetivos e os resultados da sua prática pedagógica.
 - Formação permanente do quadro funcional das Unidades de Ensino, baseada nos princípios que orientam a proposta pedagógica.
 - Realização de um diagnóstico sobre alfabetização, letramento, evasão e repetência das escolas municipais, com o corte de raça, gênero e faixa etária.
 - Promoção de uma jornada de acompanhamento e avaliação dos resultados das ações implementadas para minimizar os problemas mais graves apontados pelo diagnóstico.
 - Promoção de ações de formação intelectual e política para as mães, pais e pessoas da comunidade, no horário da noite, assim como atividades lúdicas, recreativas e de lazer para a comunidade.
 - Intersetorialidade:

- Estabelecimento de parcerias com a Secretaria de Saúde para atendimento integral à saúde das crianças e adolescentes da rede pública municipal.
- Inclusão das famílias mais vulneráveis socialmente em programas de renda mínima, fome zero, bolsa escola.
- Infra-estrutura:
 - Melhoria da infra-estrutura das escolas municipais nos bairros populares;
 - Construção, manutenção e ampliação de creches;
 - Construção e manutenção de Centros Culturais de Referência nos bairros populares, que incluam: Biblioteca, Videoteca, Anfiteatro, Concha Acústica.
- Incentivo à educação popular e comunitária
 - Apoio ao desenvolvimento de projetos educacionais de iniciativa da sociedade civil, inclusive com o provimento de estrutura física que permita atender as demandas da juventude negra envolvidas nestes projetos.
 - Estabelecimento de um programa de estágios para estudantes egressos de projetos educacionais da sociedade civil, em setores relevantes da administração pública e em empresas privadas.
 - Patrocínio de bolsas de estudo para estudantes universitários egressos de projetos educacionais da sociedade civil.
 - Apoio à adoção de critérios de isenção da taxa de inscrição nos vestibulares das universidades públicas e de gratuidade no transporte público para pré-vestibulandos.
 - Suporte financeiro para a criação de uma rádio e de um jornal impresso gerenciados por organizações não governamentais, visando à difusão da luta pela equidade racial, de gênero e os direitos humanos.
 - Apoio à transformação dos cursos pré-vestibulares populares em faculdades gratuitas.

2.3 Emprego e Renda

2.3.1 Diagnóstico

Nas duas últimas décadas do século passado, o processo de reestruturação produtiva que atingiu a maioria das capitais e cidades de grande porte do país produziu, em Salvador, um duplo efeito perverso. Em primeiro lugar, ao

modernizar sua estrutura econômica no processo de integração da economia nacional, a Região Metropolitana e, mais particularmente, Salvador ampliaram as desigualdades sociais cuja expressão maior são as taxas de desemprego e de subemprego. Estas são as mais altas entre todas as Regiões Metropolitanas do país, em consequência de uma estrutura econômica pouco integrada e da elevada concentração de renda.

Em segundo lugar, a reestruturação ampliou o fosso entre negros e brancos, pois a população negra foi a mais atingida pela perda de espaços qualificados de trabalho, nos quais timidamente começava a entrar. Recorde-se que a PETROBRÁS foi um espaço de inclusão dos negros em empregos formais com ampla cobertura social. O CIA e o Pólo Petroquímico também geraram iguais resultados na sua implantação. Com a diminuição do peso destes setores no emprego da Região, intensificaram-se as elevadas taxas de desemprego da população negra, em todas as suas formas, reiterando o seu lugar no mercado de trabalho: postos socialmente menos valorizados e, por isso, de menor remuneração.

Mais recentemente, esse processo assume a forma de substituição de negros pelos não-negros nos postos de trabalho pré-existentes ampliando o fosso entre eles. Por outro lado, em áreas como Cultura e Turismo, que se apropriam dos símbolos da baianidade / negritude, a população negra tem sido incluída de forma precária. Nesse aspecto, merecem atenção as Festas Populares tradicionais (2 de Fevereiro, Lavagem do Bonfim, Carnaval, etc.) e as modernas (como os Festivais de Verão), que se caracterizam pela *limpeza étnica*. Ou seja, a população negra/pobre é mantida de forma degradante no entorno dos eventos, tendo dificultada a realização mesmo de atividades comerciais de baixo retorno. Exemplo disso, é a absurda taxa municipal cobrada dos que recolhem latas de bebidas, nos espaços das festas populares.

2.3.2 Políticas

Inicialmente, há que considerar que são limitados os instrumentos a serem acionados pelo governo municipal para estimular a geração de postos de trabalho e de renda, uma vez que isto tem elevada dependência da política econômica nacional. Por isso, as políticas de emprego a serem estabelecidas têm que estar em total consonância com:

- Modelos de *política de investimento / desenvolvimento* propostos para o país e para a cidade, com a criação de estímulos a atividades empregadoras de mão de obra.
- *Política de Juventude* estimulando participação, mobilização, ampliação da escolaridade, enquanto mecanismos que contribuem

para o ingresso no mercado de trabalho. O grupo etário de 16 a 24 anos apresenta as mais altas taxas de desemprego.

- *Política Social* no que tange à oferta de equipamentos públicos. A ação da PMS na construção e manutenção de postos de saúde, escolas, equipamentos culturais, etc. gera diretamente postos de trabalho na rede pública e, indiretamente, estimula outros setores via compra de bens e serviços.

2.3.3 Principais propostas

- Formulação e implementação de um Programa de Emprego e Renda a partir de duas dimensões: ações diretas de geração de emprego pelas empresas privadas, pelas formas associativistas ou individuais, e as ações indiretas através de políticas indutoras de emprego, por meio de investimentos na área social.
 - O Programa leva em conta os beneficiários (quem será priorizado) e a capacidade de produzir estímulos com efeitos para trás e para frente na cadeia produtiva. Nesse sentido, a proposta deve avançar para definir atividades e/ou setores prioritários para o seu desenvolvimento em Salvador.
 - Ações diretas - com foco em empregos a serem gerados pelas empresas privadas. Está imbricada com a política dos outros municípios da RMS. Nesses últimos anos, a fuga de empreendimentos para as outras cidades da RMS vem aumentando, devido tanto às economias externas (infra-estrutura, ausência de poluição, tráfego mais fluido, etc.), como a tributos menos elevados. No diálogo, com o Governo Estadual e municípios da RMS, impõe-se a definição de novas destinações para a área do CIA/Centro Industrial de Aratu.
 - Para os empreendimentos associativos, há que verificar as experiências de administrações municipais com Bancos do Povo / Microcrédito. O estímulo ao trabalho individual exige a revisão da legislação tributária, com o objetivo de facilitar que atividades autônomas saiam da ilegalidade. A legislação deve ser diferenciada por ARs e por setor de atividade/ocupações.
 - Ações indiretas - implicam na proposição de novas destinações de uso para a área do Porto Seco Pirajá, espaço hoje sub-utilizado, apesar de privilegiado pela BR 324, e do Porto de Aratu. Também se deve estimular

a criação de um Pólo de Tecnologia, já incipiente na região da Av. Pinto de Aguiar.

- Instituição de mecanismos que garantam a promoção de igualdade racial, por parte de empresas fornecedoras de bens e serviços à PMS.
- Estímulo à adoção, pelas empresas privadas do município, de programas internos de Promoção da Igualdade Racial.
- Instalação de escritórios virtuais, para uso de trabalhadores autônomos beneficiados pelos programas municipais de geração de emprego, visando estimular a inclusão digital.

- Gestão
 - Garantia da presença significativa de mulheres e homens negros nos postos de direção superior e intermediária na estrutura da administração municipal centralizada e descentralizada.
 - Reformulação da SESP no setor de Fiscalização, visando coibir discriminações e violências contra a população negra que exerce atividades informais.
 - Reformulação da atual SETRADS e definição de sua articulação com a Agência Municipal de Desenvolvimento.

2.4 Cultura

2.4.1 Diagnóstico / Diretriz da ação cultural

Um povo não se faz de uma inalterável reserva de coisas, traços e procedimentos que o definam desde sempre e para sempre. Ainda que, momentaneamente, apresente traços que sustentem uma tradição diferenciada, toda comunidade redefine suas necessidades concretas e abstratas a partir dos diversos contextos de sua história. Reinterpreta seus símbolos e reorienta suas ações.

A cultura será sempre a resultante da dinâmica de um povo que se repensa e se refaz constantemente. Somente a consciência da cultura enquanto processo contínuo possibilitará uma cidade planejada a partir das riquezas e carências, semelhanças e diferenças da população presente. É dessa perspectiva que concebemos a cultura da cidade de Salvador, negando o caráter cristalizador como, aparentemente, sempre foi pensada pelos seus administradores.

A população negra que é majoritária, ainda não tem acesso a ganhos mínimos que há muito estão assegurados a moradores de outras capitais e cidades do Brasil. Pequenas melhorias que porventura aconteçam estão sempre associadas à dívida de um ou outro líder populista, e representam uma dívida a ser quitada

nas urnas. O que é um direito assegurado do cidadão reveste-se de dádivas que mascaram o verdadeiro sentido de uma cidadania possível.

Já não interessam aos excluídos a glamourização de um passado onde eram escravos, nem a preservação de instituições e valores daquele tempo que ainda orientam o pensamento e a prática dos governantes de hoje. Não cabe mais a reiterada folclorização com que são tratadas as manifestações da população afro-baiana pelos políticos tradicionais e a redução de uma organização cultural complexa, num produto isolado, amorfo ou estilhaçado como tem sido entendida a cultura negra em Salvador. Entretanto, aos atuais governantes interessa a busca de elementos cristalizados e isolados como se estes pudessem compensar o apagamento social da pessoa negra. Comidas típicas, simbologia e sincretismo religioso, estilos musicais, entre outras “contribuições”, têm sido as preocupações de falas e ações descoladas da dinâmica apontada acima, porque comprometidas com a falácia da democracia racial brasileira.

Todo e qualquer prefeito deveria eleger o dinamismo como paradigma central da administração pública que lhe cabe. Para isto, faz-se necessária uma administração sensível à tragédia social doméstica do povo negro com a coragem de enfrentar o nefasto privilégio de um grupo social, que engendra o rebaixamento de outros. Uma administração que dê ênfase à multiplicidade cultural que conforma a população, não apenas em termos de divisas geradas com o turismo étnico, mas que faça valer a cidadania no seu cotidiano, fortalecendo as bases que sustentam sua identidade cultural, bem como incentive seu dinamismo.

Assim, julgamos primordial uma ação de governo centrada na juventude que representa, categoricamente, o dinamismo cultural. Em Salvador, sabida a condição de abandono e pobreza da comunidade como um todo, o vigor da juventude é atrofiado pela miséria, desnutrição, gravidez precoce, criminalidade, inserção precoce no mercado de trabalho, etc. Ainda assim resiste e traz para a cidade uma legião de turistas que alimentam muitos cofres que não os da comunidade de base.

Nos bairros da cidade, já existem variadas iniciativas no âmbito das culturas locais. Isso significa que não deve ser uma preocupação da administração municipal introduzir um objeto e modo cultural nessas localidades, mas sim estabelecer parcerias com os projetos em andamento e incentivar a sua ampliação para outros pontos da cidade que demonstrem harmonia com tais trabalhos. Ao mesmo tempo, e em contrapartida, é preciso promover a aproximação com as culturais oficiais de “subsistência” como a leitura, o ingresso

na vida acadêmica, a profissionalização de seus diversos talentos, a discussão e respeito ao meio-ambiente.

As propostas que apresentamos buscam estabelecer redes entre estas diversas experiências, tendo como preocupações centrais a reciclagem das linguagens, a definição de caminhos para a educação formal e profissionalização, e a construção de um espírito cidadão coletivizado e preocupado com as experiências da pessoa negra frente à realidade soteropolitana. A construção, articulação e manutenção das redes pretendidas devem ser estabelecidas a partir de uma ação combinada entre os diversos segmentos e a prefeitura de acordo com três formatos. O primeiro diz respeito à experiência local, ou seja, a grupos de ativistas da vizinhança de determinada comunidade dentro das respectivas linguagens. O segundo congregaria as experiências dos diversos bairros num espaço coletivo que funcionará como uma espécie de “central”, que denominamos “casa” (ex: Casa do Reggae). O terceiro formato se dá com a troca de experiência entre as diversas casas, que estariam, estrategicamente, localizadas numa mesma vizinhança, aqui chamada de “Vila das Artes”.

Além disto, as propostas também apontam para uma reflexão acerca do carnaval e da religiosidade afro-brasileira, principalmente no tocante à sua representação e apropriação fora do contexto religioso. Daí a necessidade de promover uma ampla discussão que defina parâmetros que balizem questões ligadas à banalização ou intolerância religiosa.

Finalmente, como discurso que envolve toda a comunidade soteropolitana, criando mitos e estereótipos, também destacamos que uma administração que se apresente como diferencial, precisa estabelecer de maneira objetiva e crítica seu conceito de *baianidade*. O estabelecimento da questão racial como eixo de um Programa de Governo, exige a redefinição do lugar que os negros ocuparão neste novo senso de *baianidade*, visto que tem sido, tradicionalmente, distorcido.

2.4.2 Política

Incentivar e mediar as manifestações culturais populares, respeitando a espontaneidade que lhes é peculiar, e resgatando-as no sentido de posicioná-las no seu devido lugar: a de cidadã negra, diferente, livre e plena de direitos.

- Criação da *Vila das Artes*, que congregará num mesmo espaço geográfico diversas casas que desenvolverão ações e programas permanentes – oficinas, cursos, palestras, debates, biblioteca, CDteca, discoteca, exposições, lançamentos, vendas - em torno de suas respectivas áreas temáticas.

- Casa do Carnaval Afro-Baiano (blocos afro, de reggae, de samba e afoxés, entre outros).
- Casa do Hip Hop.
- Casa do Reggae.
- Casa do Cinema e Vídeo Étnicos.
- Casa da Dança Afro.
- Casa do Teatro Negro e Popular.
- Casa da Estética Negra.
- Casa do Artesanato de inspiração afro.
- Casa do Livro e da Literatura de inspiração afro.

3 Principais Propostas

- Religiosidade:
 - Educação para o desmonte dos estereótipos responsáveis pelo rebaixamento das religiões de matriz africana;
 - Inclusão das histórias africanas relacionadas à formação do povo brasileiro e experiências dos africanos e afro-brasileiros como referenciais constitutivos da identidade da cidade do Salvador;
 - Definição de estratégias de revisão das representações da religiosidade de matriz africana nas mídias;
 - Debate sobre a legitimidade de representações da religiosidade de matriz africana nos espaços e festividades populares, a exemplo do carnaval;
 - Debate sobre as relações de tolerância e intolerância religiosa (e a Convivência).
- Carnaval:
 - Equivalência das manifestações afro-baianas com as demais; resgate e incentivo às manifestações tradicionais e apoio às novas iniciativas.
 - Reorganização do desfile das agremiações negras, reorientando espaços, horários, oferecendo condições dignas.
 - Promover maior espaço e apoio aos artistas e associações das comunidades de base ligadas ao roots reggae
- Movimento Hip Hop:
 - Parceria entre a prefeitura e as iniciativas políticas e educacionais do hip hop já existentes nos bairros da cidade, bem como incentivo à elaboração de projetos afins.

- Inclusão das linguagens artísticas do hip hop no calendário cultural da cidade (Pelourinho Dia e Noite, Carnaval, etc).
- Apoio ao intercâmbio entre o Movimento hip hop organizado de Salvador e o de outras cidades, ao nível estadual e nacional.
- Reggae e o Rastafarianismo:
 - Reativação política e cultural dos bares de reggae extintos nas últimas administrações.
 - Reativação física, cultural e política da Praça do Reggae, condizente com a abrangência que a cultura da Jamaica ocupa na cidade e na diáspora negra como expressão crítica e criativa do povo negro.
 - Política de apoio material e institucional aos artistas e eventos de reggae oriundos das camadas populares de Salvador (no centro e nos bairros).
 - Inclusão do rastafarianismo como elemento de interesse da cultura local, promovendo e apoiando palestras, debates, seminários, cursos, etc. (Destaque para a discussão da trajetória de Marcus Garvey; e instituição de Bob Marley como uma referência local).
- Cineclubismo:
 - Desenvolvimento de programas de popularização do cinema e vídeo étnicos (de entretenimento e educativos), através da experiência histórica do cineclubismo local.
 - Realização de um festival municipal de cinema e vídeo, tendo como eixo central a temática negra.
 - Promoção de palestras, seminários, oficinas e cursos de vídeo e cinema de temática negra, tendo a população negra como objetivo tanto no sentido da discussão como no da produção.
- Dança Afro:
 - Parceria entre a prefeitura e as diversas iniciativas dos grupos de dança afro já existentes na cidade (bairros, escolas, blocos afro, etc).
 - Realização de encontros municipais periódicos de dança afro que possibilitem a mostra dos trabalhos desenvolvidos, a reciclagem e a troca de informações, a partir de experiências da comunidade.
 - Inclusão da dança afro como prática (optativa, complementar ou obrigatória) nas escolas municipais (educação física, educação artística...).

- Teatro Comunitário:
 - Parceria entre a prefeitura e as diversas iniciativas dos grupos de teatro comunitários da cidade (bairros, escolas, blocos afro, etc), bem como incentivo à formação de novos grupos.
 - Realização de encontros municipais periódicos de teatro, que possibilitem a mostra dos trabalhos desenvolvidos, a reciclagem e a troca de informações, a partir de experiências da comunidade.
- Estética Negra:
 - Parceria entre a prefeitura e as diversas iniciativas ligadas ao mundo da moda negra e à estética dos cabelos afros.
 - Apoio a desfiles de modas e cabelos a partir das experiências da comunidade.
- Artesanato:
 - Estimulo à produção e incentivo a formação de cooperativas de produção de artesanato de inspiração afro.
 - Criação de uma feira semanal de Artesanato afro.
- Literatura:
 - Incentivo à introdução da literatura como um dos elementos chave na formação da comunidade negra, dando apoio à produção e à manipulação do “livro” nas suas diversas etapas: escrita, leitura, editoração, distribuição, recitais, etc.
- Lazer:
 - Implantação de *rua do lazer* nas comunidades, principalmente as áreas mais carentes, valorizando a prática de esportes, literatura, artes e brincadeiras.
 - Criação de pistas e espaços para prática de esportes como skate, patins e ciclismo.
 - Adaptação ou reativação de praças e locais alternativos como opção de espaços permanentes de lazer para a população dos bairros (música, esportes, etc).

- Cultura e Educação:
 - Debate sobre a noção de *baianidade* relacionada à presença negra na cidade do Salvador.
 - Formação de coordenadores, educadores e professores municipais, para trabalhar com os elementos apontados nos áreas acima.
 - Promoção de um festival anual de arte e cultura negra (nas proporções do festival de Verão, mas com a orientação étnica a exemplo do festival de Chicago): música, teatro, literatura, dança, cinema e vídeo, religião, etc e tal. O Festival deve ser voltado para a comunidade negra jovem das diversas escolas públicas e comunitárias e ONGs.
 - Criação de bibliotecas públicas para a juventude especializadas nas questões da negritude, com palestras, lançamentos, oficinas, cursos, edição de livros. (Uma espécie de CEAO mais leve e jovem - no formato e no conteúdo).

2.5 Segurança Pública e Juventude

2.5.1 Diagnóstico

Atualmente, o estado da Bahia conta com um contingente de cerca de 30 mil policiais militares. Deste total, 8600 atuam na Região Metropolitana de Salvador dividida em 23 batalhões, dentre os quais deve se destacam: o 16º, responsável pela segurança na Orla Marítima, onde reside significativa parcela das classes A e B; o 18º, responsável pela segurança do Centro, com maior concentração no Centro Histórico, Campo Grande e adjacências. Assim, parte considerável dos recursos do Policiamento da Capital destina-se a estas áreas, em detrimento de outras situadas no chamado Miolo de Salvador. Nelas, a exemplo do subúrbio e outras também habitadas pela população empobrecida, vêm se consolidando modelos de policiamento que configuram a prática de racismo institucional.

Nos bairros populares as ações de segurança pública se orientam pelo perfil racial da população, com evidente tendência à criminalização de jovens-homens-negros. A regularidade de atos violentos protagonizados pela polícia nas “blitz” de ônibus, nas invasões de domicílios, sem mandado legal; nas torturas de presos em delegacias e nas abordagens de rua, quase sempre visam este segmento, como também mostram as terças-feiras da Benção, no Centro Histórico.

A prática de atirar para matar, incriminar sem provas e o uso corrente de métodos ilegais para a descoberta de crimes instalam um estado de medo entre os segmentos cotidianamente atingidos. Além disto, esta constante violação dos

direitos humanos, por parte do Estado que deveria protegê-los, contribui para a descrença de boa parte da população na instituição policial.

A efetividade deste modelo de segurança pública também pode ser questionada diante de sua incapacidade de operar com as dimensões da chamada violência urbana. De acordo com o relatório da UNESCO sobre a situação da juventude no Brasil, o IDJ/Índice de Desenvolvimento da Juventude do estado da Bahia está colocado em 16º lugar no ranking nacional, sendo que os indicadores de renda per capita encontram-se na 23ª posição entre os 27 estados brasileiros.

Segundo o IBGE (2004), nos últimos 20 anos, a taxa de mortalidade por armas de fogo no Brasil aumentou a ponto de superar o número de óbitos por acidente de trânsito, principal causa de morte na década de 80. Entre as vítimas mais freqüentes de homicídio estão os jovens com idade entre 15 e 24 anos, do sexo masculino. Só no ano 2000, dos 45 mil óbitos por homicídio registrados, cerca de 16 mil ocorreram nesta faixa etária. Na Bahia, no mesmo período, o crescimento dos registros de homicídios foi de 180%.

Por isto, qualquer programa de governo focado nas políticas de segurança pública para a cidade do Salvador precisa estar diretamente imbricado com as políticas de inclusão de jovens e adolescentes negros, vítimas preferenciais da violência.

2.5.2 Política

Desenvolver uma política de segurança, pautada na superação da vulnerabilidade dos segmentos jovens da população. Tal política deve ser realizada de forma transversal, de modo a envolver diversos setores da administração, tendo como desafio central a criação de oportunidades de inserção comunitária, educacional e profissional da juventude. Também deve ser capaz de dialogar com setores organizados da juventude e com organizações não governamentais, de modo a fomentar novos projetos e ações voltadas para estes segmentos.

2.6 Finanças Públicas

2.6.1 Diagnóstico

Nos últimos oito anos, a SEFAZ passou por uma reestruturação, como parte de um programa de modernização tributária financiada pelo Banco Mundial. Em 2003, da receita total da Prefeitura de Salvador, 51,9% correspondiam a Transferências e 48,1% eram provenientes de Receitas Próprias. Neste quadro, destaca-se o peso individual dos recursos do ISS, que responde por 20,1% da

receita total e 56,5% da receita própria. Em termos da participação relativa de outros tributos e taxas nas receitas próprias da cidade tem-se: IPTU 5,3%; IRRF/Imposto de Renda Retido na Fonte 1,5%; ITIV 6,2%; COSIP / Iluminação pública 16,8%; TLP/Taxa de Limpeza Pública 2,2%; TFF/Taxa de Fiscalização e Funcionamento 0,6%; Dívida Ativa 4,2%; Receitas diversas (receita patrimonial, multas, juros dos tributos) 6,9%.

Entretanto, este quadro de mudanças visando maior eficiência na arrecadação é insuficiente para a garantia da justiça fiscal. Esta continua enfrentando sérios obstáculos, principalmente, quando se trata de superar os limites constitucionais para a criação de novas fontes de receita, como ocorreu, por exemplo, com a ampliação da lista de serviços do ISS.

As decisões acerca dos gastos - onde e como gastar - são marcadamente políticas, respeitados os preceitos constitucionais (Lei de responsabilidade fiscal). Até por isto, inovações na área das finanças públicas também dependem em muito da capacidade de mobilização dos setores organizados da população e, conseqüentemente, dos instrumentos de pressão social que visem à realização da justiça fiscal.

Atualmente, a dificuldade para ampliar a base tributária está em vencer a ação de setores que se protegem muito bem da cobrança de impostos, através da própria legislação. Setores como o da saúde (hospitais e clínicas que não pagam impostos sobre o faturamento), da educação (principalmente as instituições de ensino superior filantrópicas) e os motéis (regidos por uma legislação desatualizada ainda referida à diária de seis horas) constituem os chamados *rent-seeking*. Tais grupos, que impedem através de lobbies ou outros instrumentos de pressão que se alcance o bem-estar geral da comunidade, devem ser combatidos pela administração, tendo como objetivo uma maior justiça fiscal.

2.6.2 Política

Incrementar as receitas do município, garantindo a justiça fiscal, por meio de uma política tributária progressiva, da adoção de tratamento diferenciado em relação à dívida do município e do combate às práticas de *rent-seeking*.

2.6.3 Principais Propostas

- Gestão

- Ampliação das funções da SEFAZ para além do ‘fiscalismo’, de modo a articulá-la tanto às políticas de desenvolvimento econômico e social para a cidade como às iniciativas para atração de novos investimentos (serviços, industriais).
- Agilização dos mecanismos de cobrança da Dívida Ativa.
- Promoção da justiça fiscal através de:
 - Combate à ação dos rent-seeking, através de tributação direta ou ações compensatórias tais como: vagas nas universidades, especialmente em programas de incentivo à formação dos servidores; oferta de serviços especializados de saúde nos bairros, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde; financiamento de programas de geração de emprego e renda.
 - **Garantia da seletividade da cobrança do ISS, inclusive com** tratamento diferenciado para as áreas da cidade caracterizadas como territórios negros, possibilitando potencializar a oferta de emprego para a população destas áreas.
 - **Instituição do IPTU ambiental, visando contribuir para a preservação do meio ambiente em geral e dos sítios sagrados das** religiões de matriz africana, em particular.
 - Encaminhamento de projeto de lei à Câmara Municipal, incluindo a adoção de programas de diversidade racial como critério classificatório ou de desempate, nas licitações para obras e serviços da Prefeitura.
 - Isenção ou redução de tributos municipais das cooperativas formadas por mecânicos, chapistas, pintores de oficinas mecânicas estabelecidas em bairros populares e que empreguem jovens aprendizes. O mesmo para salões de beleza e outros empreendimentos populares.
 - Subsídios municipais (isenções de IPTU, ISS) visando à preparação de áreas e de recursos humanos para o desenvolvimento do turismo étnico.
 - Vinculação das receitas públicas e privadas oriundas do carnaval – como ocorre com a taxa de turismo cobrada pelos hotéis – ao desenvolvimento de cursos de hospitalidade, especialmente na capacitação para o turismo étnico.
 - Revisão da legislação sobre serviços prestados de forma ambulante (vendedores, catadores de papel e latas, etc.), de modo a evitar a atual penalização da população negra ocupada nestas atividades.

- Definição de uma política de microcrédito articulada com as estratégias de desenvolvimento da cidade, levando-se em conta a promoção da igualdade racial.

Bairros, Luiza – Mestra em Sociologia; Professora da UCSAL – Universidade Católica de Salvador; Ativista do Movimento Negro.

Barbosa, Lindinalva – Educadora, Omo Orixá do Terreiro do Cobre.

Barreto, Vanda Sá – Socióloga, Ativista do Movimento Negro.

Belmonte, Geraldo – Mestre em Engenharia Mecânica; Diretor do Instituto Cultural Steve Biko.

Bento, Cida – Coordenadora Geral do CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades.

Bispo, Sandoval – Sindicalista.

Wale, Hamilton Borges – MNU - Movimento Negro Unificado.

Chateaubriand, Luis – Economista, Professor.

Cunha, Lazaro – Diretor do Instituto Cultural Steve Biko.

Fernandes, Valdisio – Coordenador Geral do INSTITUTO BÚZIOS.

Cunha, Silvio Humberto – Mestre em economia, UFBA – Universidade Federal da Bahia; Professor; Diretor do Instituto Cultural Steve Biko.

Lira, Altair – ABADFAL - Associação Baiana de Doenças Falciformes e Outras Hemoglobinopatias.

Lobo, Cristina – Militante do Movimento de Mulheres.

Maca, Nelson – Professor de Literatura, UCSAL - Universidade Católica de Salvador.

Miranda, Damiana – Médica, Phd.D em Antropologia

Nascimento, Albertino – Conselheiro Estadual de Educação - BA; Professor do CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica - Ba.

Nascimento, Valdecir – Mestra em Educação Contemporânea, UNEB – Universidade do Estado da Bahia.

Neves, Ivana Paixão – UNAFISCO - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

Pinto, Valdina – Makota do Terreiro Tanuri Junçara

Pires, Ivonei – Coordenador do MNU - Movimento Negro Unificado-Salvador.

Reis, Vilma – Socióloga, Ativista do Movimento Negro.

Rocha, Pedro – Engenheiro Mecânico, Ativista do Movimento Negro.

Sampaio, Elias de Oliveira – Doutor em Administração, EAU / UFBA - Universidade Federal da Bahia; Professor de economia.

Santana, Edenice – Educadora, Ativista do Movimento Negro.

Santos, Jocélio Teles dos – Doutor em Antropologia, USP – Universidade de São Paulo; Professor do Departamento de Antropologia, UFBA - Universidade Federal da Bahia.

Santos, Luiz Alberto dos – Deputado Federal PT-BA.

Souza, Luiz Antonio – Arquiteto, Professor Universitário.

Vida, Samuel – Advogado, Professor de Direito da UFBA - Universidade Federal da Bahia.